

**CEDI**

**Povos Indígenas no Brasil**

Fonte: Obtado de São Paulo

Class.:         

Data: 18.05.78

Pg.: 13

**Criticada mudança de colonos para reserva florestal**

**Da sucursal de PORTO ALEGRE**

Dirigentes da Associação Nacional de Apoio ao Índio e da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural vão manter um encontro com o presidente da Funai, general Ismarth Oliveira, para dissuadi-lo de sua sugestão de reassentamento das mil famílias de posseiros expulsas pelos índios na reserva florestal de Nonoai, uma área de 20 mil hectares que já foi tomada dos indígenas pelo governo do Estado em 1949. Para o presidente da Agapan, José Lutzenberger, será "um crime ecológico" colocar os colonos na área, que se constitui no "último reduto de floresta latifoliada de transição para a araucária, o último ecossistema que ainda se mantém preservado no Rio Grande do Sul".

Para o advogado Caio Lustosa, assessor jurídico da Agapan e da Anai, o reassentamento dos posseiros na reserva florestal é "duplamente ilegal". Ele explicou que tanto as duas reservas de Nonoai (a indígena e a florestal) como as outras nove reservas indígenas criadas no Rio Grande do Sul (algumas das quais extintas) pertencem às comunidades indígenas, pois "o então governador do Estado, Carlos Barbosa, destinou aquelas áreas aos índios, através de titulação de caráter privado e, como a Constituição assegura o direito adquirido, se conclui que tanto o ex-SPI como a Funai e o governo do Estado se apropria-

ram ilegalmente de áreas indígenas, ao menos no Rio Grande do Sul".

As associações também pretendem sugerir a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito na Assembleia Legislativa e fazer valer as conclusões de uma CPI já realizada em 1968, na mesma Assembleia, quando, entre outras coisas, havia concluído pela ilegalidade da ocupação dos territórios indígenas.

Sobre a desculpa da falta de recursos, o advogado Caio Lustosa apresentou ontem um argumento: "Pelo relatório feito pela Funai, Inca e governo estadual verificou-se que seriam necessários 450 milhões de cruzeiros para retirada de todos os posseiros de Nonoai. Esta importância representa apenas cinco por cento dos recursos que o governo federal está destinando a Riocell e Aracruz, na Bahia, duas fábricas de celulose praticamente falidas e altamente poluidoras, e corresponde a somente 2,5 por cento do que o governo já gastou para recuperar grupos econômicos financeiros como Lutfalla, UEB e outros".

O general Ismarth de Oliveira, por sua vez, viajou ontem para Santo Ângelo, sem data fixa para retorno a Porto Alegre, e, também, sem dia certo de volta a Brasília. Ele disse que se voltará quando o problema de Nonoai for integralmente resolvido e acrescentou que transferiu o caso dos posseiros expulsos ao governo do Estado e ao Inca aos quais "cabe reassentar os colonos".